

Meta Plano Estratégico Integrado (PEI)	Propulsores	Objectivos globais	Actividades	Medidores Impacto/ avaliação	Resultados	Recursos humanos com staff responsável pela execução	Calendarização em 2008 e 2009 (actividades)
Meta 1. Construir respeito mútuo e combater a discriminação	<p><b>Externos</b></p> <p>→ Pouca consciencialização em termos de DH</p> <p>→ Crescente racismo e xenofobia contra migrantes</p> <p>→ Discriminação generalizada e agressão aos LGBT</p> <p>→ Discriminação das mulheres</p> <p>→ Xenofobia e discriminação instigada pelas políticas anti-terroristas</p> <p>→ Fundamentalismos que atacam a universalidade dos DH</p> <p>→ Discriminação como base das violações de DH</p> <p><b>Internos</b></p> <p>→ Boas publicações de EDH</p> <p>→ Experiência de trabalho em EDH</p> <p>→ Histórias de sucesso em EDH</p> <p>→ Campo de Trabalho para jovens</p> <p>→ Bom poder de lobby junto das autoridades portuguesas</p> <p>→ Amnesty Business Club e responsabilidade social das empresas</p> <p>→ Uso do site e da internet</p>	1. Eliminar os estereótipos e preconceitos que levam à discriminação	1.1 Sessões de EDH 1.2 Campanhas de informação pública na imprensa 1.3. Uso de dossiers temáticos no site com casos individuais 1.4. Desenvolvimento de materiais de EDH para as faixas etárias dos 6 aos 16 anos 1.5. Reedição de manuais de EDH	a) grupos de DH criados nas escolas e estabelecimentos de ensino b) entrada de novos activistas c) debates públicos d) respostas às campanhas de imprensa e) uso de linguagem adequada na imprensa	i) aumento do número de membros/activistas ii) aumento do número de grupos de estudantes iii) aumento do número de grupos locais iv) diminuição dos casos de discriminação v) aumento do nº de debates públicos sobre a discriminação vi) 1 jogo "Ilha das Algas Mágicas" (14-16 anos)	Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação  2 estagiários 25 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Mar 2008/2009 Jul-Out 2008/2009 Jan-Mar 2008/2009
		2. Levar à justiça os responsáveis por violações de DH com base em discriminação	2.1 Tratamento de casos individuais de pessoas vítimas de discriminação 2.2. Promover leis penalizadoras de todos os tipos de discriminação 2.3. Formação em EDH agentes autoridade 2.4. Ratificação dos tratados internacionais	a) queixas por discriminação b) casos bem sucedidos em levar os responsáveis à justiça (também agentes autoridade) c) mudança de legislação actual para incluir todas as formas de discriminação d) aumento das ratificações	i) resolução bem sucedida de 10% queixas discriminação ii) condenação em tribunal dos violadores de DH iii) mudanças na legislação e na prática iv) ratificação de todos os tratados internacionais de não discriminação v) não impunidade para agentes autoridade	Director  4 estagiários 5 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Mai-Set 2008/2009 Jan-Mar 2008/2009
		3. Promover o empowerment das minorias e outras populações discriminadas	3.1. trabalhar com comunidades minoritárias através de associações 3.2. Formação em formação de EDH 3.3. Responsabilização do Estado no não cumprimento das leis de protecção às minorias	a) fortalecimento da visibilidade e do trabalho das associações b) surgimento de novas associações c) maior representatividade das minorias d) maior conhecimento dos direitos adquiridos e) cumprimento das leis de acessibilidade para deficientes e não discriminação no trabalho	i) maior representatividade das minorias nos diversos sectores da sociedade ii) sociedade civil atenta e representativa iii) direitos das minorias consagrados na prática iv) fim das barreiras às populações com deficiência	Director  2 estagiários 5 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Mar-Set 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		4. Promover o respeito pelo DI e impedir os ataques aos DH consagrados em nome das políticas anti-terroristas	4.1. Lobby às autoridades portuguesas para pressionar congéneres internacionais 4.2. Lobby aos parlamentares europeus 4.3. Monitorização de mudanças legislação portuguesa 4.4. Exigir a responsabilização pública e a investigação judicial dos voos das rendições	a) mudanças legislativas b) medidas práticas de contenção da população migrante, nos postos de fronteira c) impacto da nova lei estrangeiros na regularização dos imigrantes d) mudanças normativas que retirem direitos consagrados à população e) adopção de políticas europeias pelo mínimo denominador comum f) criação de uma política anti-terrorista g) apoio a políticas anti-terroristas que violem os DH h) não cumprimento dos tratados internacionais i) investigação judicial aos voos das rendições	i) impedir a aprovação de uma política anti-terrorista que viole os DH ii) garantir a não discriminação teórica e prática da população migrante nos postos fronteiriços iii) adopção das políticas europeias pelo máximo denominador comum iv) condenação por parte das autoridades portuguesas nas instâncias europeias e internacionais de leis que violem os DH consagrados em nome do anti-terrorismo v) cumprimento de todos os tratados internacionais de que o Estado português é signatário vi) Levar à justiça os responsáveis pelos voos das rendições	Director  4 estagiários 5 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Fev 2008
		5. Incluir a EDH nos currícula escolares, a todos os níveis	5.1. Lobby ao Ministério de Educação, Sindicatos, Conselhos Directivos e Reitorias	a) comunicações formais do Ministério de Educação aos estabelecimentos de ensino sobre EDH b) formação de profissionais em EDH c) criação de currícula escolares com EDH d) acreditação da formação em EDH	i) EDH como parte integrante dos currícula escolares em todos os níveis ii) uso de entidades externas (como a AI) para dar a formação em EDH e formação de formadores iii) um vasto número de profissionais (mais de 1000) com curso de EDH ou curso de formação iv) estudantes a completarem o 12º ano com 12 anos de EDH (com começo em 2008) v) estudantes universitários a completarem os cursos com 16 ou 17 anos de EDH (com começo em 2009)	Director  4 estagiários 6 voluntários	Jan-Dez 2008/2009
		6. Criações de gerações futuras de jovens não discriminadores	6.1. Campo de Trabalho para jovens anual 6.2. Espaço para jovens no site	a) grupos de DH criados nas escolas e estabelecimentos de ensino b) entrada de novos activistas c) debates públicos e sessões esclarecimento d) criação de blogues sobre DH e) participação em fóruns de debate sobre DH no site da AI e outros f) não discriminação das minorias nos estabelecimentos de ensino g) aumento do nº de inscritos na rede de Aus junior	i) jovens activistas em todas as manifestações contra as diversas formas de discriminação ii) jovens formados em EDH que possam assumir lugares de destaque na formação em EDH iii) rede extensa (mais de 5.000) jovens activistas de DH iv) participação dos jovens em ONGs e outras organizações da sociedade civil v) efeito demonstrativo dos valores adquiridos para ascendentes e descendentes	Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação  3 estagiários 2 voluntários	Mar-Out 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		7. Acabar com a violência sobre as mulheres	7.1. Formação em EDH nas empresas do Amnesty Business Club 7.2. Trabalho com ONGs de DH para empowerment das mulheres	a) políticas de igualdade no trabalho e na empresa b) políticas de acesso igual aos lugares de chefia c) políticas não discriminatórias no emprego para mulheres grávidas e com crianças pequenas d) monitorização do cumprimento das leis estabelecidas em relação às licenças de maternidade e paternidade assim como apoio à família	i) todas as empresas do ABC devem ter políticas de igualdade no trabalho e empresa ii) as mulheres devem estar proporcionalmente nos lugares de chefia em relação à % que representam nas empresas iii) procedimentos criminais para incumpridores das leis estabelecidas de licenças e apoio à família	Directora Campanhas  2 estagiários 5 voluntários	Mai-Set 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009

Meta Plano Estratégico Integrado (PEI)	Propulsores	Objectivos globais	Actividades	Medidores Impacto/ avaliação	Resultados	Recursos humanos com staff responsável pela execução	Calendarização em 2008 e 2009 (actividades)
Meta 2. Exigir justiça e combater a impunidade	<p><b>Externos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→Lentidão da justiça portuguesa</li> <li>→Não condenação dos agentes de autoridade envolvidos em casos de abuso - percepção de impunidade</li> <li>→Promover a ratificação do TPI</li> <li>→Combater a violência contra as mulheres</li> <li>→Promover as normas da ONU para os negócios - papel dos agentes não estatais</li> <li>→As políticas anti-terroristas enfraquecem o DI</li> </ul> <p><b>Internos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→Casos de sucesso em mudanças legislativas</li> <li>→Bom poder de lobby junto das autoridades portuguesas</li> <li>→Abertura por parte do MNE para lobby ratificação TPI por PLOPs</li> <li>→Amnesty Business Club e responsabilidade social das empresas</li> </ul>	1. Tornar a justiça portuguesa célere e justa	1.1 Regulamentação dos códigos de processo penal e código penal no parlamento	a) incorporação das sugestões da AI nos códigos b) tempo médio de julgamento	i) resolução dos casos de forma mais célere e justa	Director 2 estagiários, 1 voluntário	Mar-Nov 2008
		2. Acabar com a impunidade dos agentes autoridade	2.1. Levantar à justiça os agentes de autoridade que cometeram violações de DH 2.2. Denúncia e trabalho de casos individuais 2.3. Fornecer provas à justiça do envolvimento de agentes de autoridade em viol. DH 2.4. Formação em EDH 2.5. Lobby para reforçar os poderes do IGAI	a) monitorização dos casos em tribunal que envolvam agentes de autoridade b) sucesso em casos individuais c) casos denunciados que resultam em penas de prisão d) Monitorização da investigação dos casos denunciados pelo IGAI e) formação recebida pelos agentes f) correlação dos casos de violação de DH com a formação recebida	i) Prevenção das violações de DH por agentes autoridade ii) Penas efectivas para agentes de autoridade condenados iii) Suspensão do exercício de funções de agente iv) Obrigatoriedade de actuação em casos denunciados pelo IGAI	Director 4 estagiários 5 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Mai-Dez 2008/2009 Jan-Jun 2008/2009
		3. Ratificação do TPI	3.1. Lobby ao MNE para urgir os PLOPs e outros países a ratificar o TPI 3.2. Lobby para impedir assinatura de acordos bilaterais com os EUA 3.3. Exigir a incorporação de todos os pressupostos do Estatuto de Roma na legislação portuguesa relevante 3.4. Lobby para ratificação do acordo de privilégios e imunidades do TPI	a) Monitorização da situação de ratificação mundial do TPI b) Monitorização dos acordos bilaterais c) Ligação entre as visitas oficiais do governo português e a ratificação do TPI c) Monitorização da legislação relevante	i) Atingir a ratificação quase universal do TPI - 150 países ii) Impedir a assinatura dos acordos bilaterais em países com que Portugal tem relação bilateral privilegiada iii) ratificação do Acordo de Privilégios e Imunidades por Portugal	Director 2 estagiários 1 voluntário	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Jun 2008
		4. Levantar à justiça os responsáveis pela violência contra as mulheres	4.1. Input da AI aos Planos Acção governo de combate à violência contra as mulheres 4.2. Exigir a separação do agressor da vítima 4.3. Campanha pública para consciencialização que a violência doméstica e a violência contra as mulheres é crime público 4.4. Trabalhar em parceria com ONGs	a) monitorização dos Planos de Acção do governo b) número de abrigos e localização c) número de queixas por outros que não a vítima d) comparação estatística do número de vítimas das várias fontes e) comparação estatística das denúncias e processos judiciais f) nº de pessoas condenadas	i) Aumento da consciencialização pública em 50% para o facto de ser um crime público ii) Aumento do número de abrigos em diferentes locais iii) aumentar o número de condenações com pena efectiva em 20%	Directora Campanhas 5 estagiários 6 voluntários	Jan-Maio 2008 Jan-Maio 2008 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		5. Efectivação das normas da ONU para os Negócios	5.1 Distribuir as normas a todas as empresas do Amnesty Business Club 5.2 Promover a discussão sobre elas na reunião anual do Amnesty Business Club 5.3. Pedir a inclusão das Normas da ONU nas normas da empresa 5.4. Acções da BERN	a) Interesse em conhecer as normas b) Interesse em aplicar as normas c) Número de empresas que incorporaram as normas d) Reflexos práticos da incorporação das normas f) feedback acções da BERN g) feedback do briefing	i) Incorporação das Normas da ONU nas normas da empresa do ABC ii) Formação Interna para implementação das normas iii) Uso do briefing da AI em formação interna	Director de Angariação de Fundos 2 estagiários 2 voluntários	Jan-08 Jan-Out 2008 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jul-Set 2008
		6. Promover o respeito pelo DI e impedir os ataques aos DH consagrados em nome das políticas anti-terroristas	6.1 Acções no âmbito da Campanha Contra-Terrorismo, com enfoque nos padrões internacionais de julgamento justo 6.2. Lobby às autoridades portuguesas para pressionar congéneres internacionais 6.3. Lobby aos parlamentares europeus 6.4. Monitorização de mudanças legislação portuguesa 6.5. Exigir a responsabilização pública e a investigação judicial dos voos das rendições	a) mudanças legislativas b) medidas práticas de contenção da população migrante, nos postos de fronteira c) mudanças normativas que retirem direitos consagrados à população d) adopção de políticas europeias pelo mínimo denominador comum e) criação de uma política anti-terrorista f) apoio a políticas anti-terroristas que violem os DH g) não cumprimento dos tratados internacionais h) investigação judicial aos voos das rendições	i) impedir a aprovação de uma política anti-terrorista que viole os DH ii) garantir a não discriminação teórica e prática da população migrante nos postos fronteiriços iii) adopção das políticas europeias pelo máximo denominador comum iv) condenação por parte das autoridades portuguesas nas instâncias europeias e internacionais de leis que violem os DH consagrados em nome do anti-terrorismo v) cumprimento de todos os tratados internacionais de que o Estado português é signatário vi) Levantar à justiça os responsáveis pelos voos das rendições	Director Directora de Campanhas 4 estagiários 5 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
Meta 3. Defender a integridade mental e física de todas as pessoas	<p><b>Externos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→Más condições detenção</li> <li>→Maus tratos nas prisões</li> <li>→Espantamentos em esquadras</li> <li>→Discriminação generalizada e agressão a LGBT</li> <li>→Tendência de abolição da pena de Morte</li> <li>→Trabalho sobre POCs e defensores de DH</li> <li>→Não cumprimento Convenções Genebra</li> <li>→Uso e aprovação da Tortura</li> <li>→Convenção da ONU sobre desaparecimentos</li> <li>→Violência contra as mulheres</li> <li>→Parcerias com ONGs de defesa DH das mulheres</li> </ul> <p><b>Internos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→Casos de sucesso em mudanças legislativas</li> <li>→Bom poder de lobby junto das autoridades portuguesas</li> </ul>	1. Acabar com os maus tratos nas prisões 2. Melhorar as condições de detenção 3. Acabar com os espancamentos nas esquadras 4. Acabar com os abusos de DH a LGBT	1.1. Apresentação de relatório anual sobre violações de DH cometidas pela PJ e guardas prisionais ao MJ 2.1 Apresentação de relatório anual sobre as condições prisionais 3.1 Apresentação de relatório anual sobre as violações de DH cometidas pela GNR e PSP ao MAI 3.2. Investigação das queixas apresentadas pelo IGAI e Provedor da Justiça (pelo SI - AI Portugal colabora) 4.1 Formação dos agentes de autoridade 4.2. Realização de uma curta metragem sobre discriminação LGBT	a) documentos de resposta do MAI b) documentos de resposta do MJ c) follow up das investigações das queixas do IGAI e Provedor de Justiça d) follow up das queixas feitas à AI	i) diminuição do número de queixas sobre agentes autoridade ii) punição dos agentes responsáveis por violações de DH iii) reconhecimento público do governo da má conduta dos agentes iv) melhoramento das condições de higiene e segurança dos estabelecimentos prisionais	Director 5 estagiários 5 voluntários	Jan-Mai 2008/2009 Jan-Mai 2008/2009 Jan-Mai 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Mai-Set 2008/2009 Mar-Jun 2008

Meta Plano Estratégico Integrado (PEI)	Propulsores	Objectivos globais	Actividades	Medidores Impacto/ avaliação	Resultados	Recursos humanos com staff responsável pela execução	Calendarização em 2008 e 2009 (actividades)
	<p>→Experiência e casos de sucesso em EDH</p> <p>→Perícia em trabalho POCs e DDH nos grupos locais</p> <p>→Co-grupo pena morte</p> <p>→Bons resultados lobby a nível dos deputados europeus</p> <p>→Área de acção de interesse dos membros</p>	5. Abolição da pena de morte	5.1. Acções do Co-grupo da PM sobre países prioritários 5.2. Lobby ao governo e parlamentares europeus para abolição total da PM na Federação Russa. 5.3. Enfoque sobre Federação Russa e África Dia Mundial contara a PM a 10 de Outubro 5.4. Lobby ao governo antes das visitas oficiais para lobby para moratórias à PM na Bielorrússia e Uzbequistão	a) monitorização das respostas às acções do Co-grupo da PM b) monitorização da situação das moratórias na Bielorrússia e Uzbequistão c) <i>media</i> no Dia Mundial da PM d) follow up às visitas oficiais	A AI Portugal contribuirá para as metas globais de: a) diminuição das sentenças de morte nos EUA e China b) abolição da PM em 2 países africanos por ano b) abolição da PM na Federação Russa, Bielorrússia e Uzbequistão	Directora Campanhas  1 estagiário 5 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Set-Out 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		6. Cumprimento das Convenções de Genebra	6.1. Acções urgentes a países em incumprimento das Convenções de Genebra no âmbito da Campanha combater o Terrorismo com Justiça 6.2. Acções via e-mail Campanha contra Tortura (membros da AI) 6.3. Lobby às autoridades portuguesas para pressionar congéneres internacionais 6.4. Lobby aos parlamentares europeus	a) mudanças legislativas b) medidas práticas de contenção da população migrante, nos postos de fronteira c) mudanças normativas que retirem direitos consagrados à população d) adopção de políticas europeias pelo mínimo denominador comum e) criação de uma política anti-terrorista f) apoio a políticas anti-terroristas que violem os DH g) não cumprimento dos tratados internacionais	i) impedir a aprovação de uma política anti-terrorista que viole os DH ii) garantir a não discriminação teórica e prática da população migrante nos postos fronteiriços iii) adopção das políticas europeias pelo máximo denominador comum iv) condenação por parte das autoridades portuguesas nas instâncias europeias e internacionais de leis que violem os DH consagrados em nome do anti-terrorismo v) cumprimento de todos os tratados internacionais de que o Estado português é signatário	Director e Directora Campanhas  5 estagiários 5 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		7. Libertar POCs 8. Defender os activistas de DH	7.1. Acções regulares dos grupos locais para libertação dos POC 7.2. Uso de casos tipo de POC para ilustrar actividades de campanha 8.1. Acções regulares dos grupos locais para defender os activistas de DH 8.2. Uso de casos tipo de activistas para actividades de campanha 8.2. Acções urgindo os governos da Turquia, Bielorrússia, Turquemenistão, Rússia e Uzebequistão a respeitar a liberdade de expressão dos activistas	a) evolução dos dossiers de acção dos grupos em relação aos POCs b) evolução da concessão de direitos aos activistas de DH c) situação dos activistas dos DH na Turquia, Bielorrússia, Rússia, Turquemenistão e Uzbequistão	A AI Portugal contribuirá para as metas globais de: i) libertação de POCs ii) fim das limitações à liberdade de expressão na Turquia, Bielorrússia, Rússia, Turquemenistão e Uzbequistão iii) fim dos abusos aos activistas de DH em 10% dos casos	Directora Campanhas  3 estagiários 5 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		8. Ratificação da Convenção da ONU sobre Desaparecimentos	8.1. Lobby ao governo português para ratificar a Convenção 8.2. Acções da Campanha para ratificação da Convenção	a) número de países que ratificou a Convenção b) análise do cumprimento do governo português da Convenção	i) ratificação pelo governo português da Convenção ii) ratificação da Convenção pelos países chave Campanha (contributo da AI Portugal)	Directora Campanhas  2 estagiários 1 voluntário	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		9. Diminuir os casos de violência doméstica e ataques com ácido	9.1. Tratamento de casos individuais 9.2. Encaminhamento organizações parceiras para assistência 9.3. Campanha pública na imprensa para denúncia dos crimes e intervenção civil	a) sucesso dos casos individuais b) evolução estatísticas queixas e condenações nos últimos 5 anos c) respostas à campanha de imprensa	i) acabar com os casos de ataque com ácidos ii) diminuir em 10% os casos de violência doméstica iii) diminuir em 50% os casos na faixa etária dos 25-35 anos iv) aumentar em 5% o número de queixas-crime	Director Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação  6 estagiários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Out 2008 Jan-Out 2008
Meta 4. Defender os direitos das pessoas envolvidas em conflitos armados	<p><b>Externos</b></p> <p>→Custo humano dos conflitos é muito alto</p> <p>→Impunidade dos actores estatais e não estatais</p> <p>→As empresas tiram lucro dos conflitos e participam nos abusos</p> <p>→Proliferação de armas ligeiras perpetua os conflitos</p> <p>→Boa aceitação Campanha Controlar as Armas e parcerias</p> <p>→Interesse por parte das autoridades portuguesas na criação do Tratado Internacional Comércio Armas</p> <p>→Violação das mulheres como arma de guerra</p> <p>→Trabalho com refugiados e migrantes</p> <p>→O uso das crianças soldado</p> <p><b>Internos</b></p> <p>→Bom poder de lobby junto das autoridades portuguesas</p> <p>→Amnesty Business Club e responsabilidade social das empresas</p> <p>→Co-grupo MSP</p> <p>→Ligação da Campanha Controlar as Armas à Campanha para Acabar com a Violência sobre as Mulheres</p>	1. Participação no GT Tratado Internacional Comércio Armas 2. Ratificação Tratado Internacional de Comércio de Armas	1.1. Exigir relatórios empresas armamento 1.2. Produzir um relatório sobre para que países e tipo de armamento Portugal exporta 1.3. Divulgação pública relatório nos <i>media</i> 1.4. Lobby ao parlamento português e aos parlamentares europeus para que Portugal ratifique um Tratado Internacional 1.5. Acção urgindo a transposição das disposições do Tratado para a legislação nacional	a) impacto nos <i>media</i> b) países que ratificaram o tratado c) nº de pessoas que aderiram à petição	i) Portugal ratifique o Tratado Internacional ii) aumento do nº de activistas e doadores iii) compromisso público do governo no apoio da campanha e ratificação do Tratado	Director Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação  4 estagiários 5 voluntários	Jan-Fev 2008 Jan-Abril 2008/2009 Jan-Abril 2008/2009 Mai-Set 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Mai 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Mar 2008 Jan-Mar 2008 Jan-Mai 2008 Jan-Mai 2008
		3. Empresas não beneficiem dos conflitos	3.1. Lobby às empresas para que não usem fornecedores de zonas em conflito 3.2. Lobby para que os códigos de ética e responsabilidade social se estenderem aos fornecedores 3.3. Lobby para que as empresas não se estabeleçam em zonas de conflito	a) códigos de ética e responsabilidade social das empresas b) relatórios anuais das empresas	i) Diminuição em 5% da implantação da empresas do ABC em zonas de conflito ii) Diminuição em 85% do uso de fornecedores de zonas em conflito nas empresas ABC	Director de Angariação de Fundos  2 estagiários 1 voluntário	Jan-Out 2008 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Out 2008

Meta Plano Estratégico Integrado (PEI)	Propulsores	Objectivos globais	Actividades	Medidores Impacto/ avaliação	Resultados	Recursos humanos com staff responsável pela execução	Calendarização em 2008 e 2009 (actividades)
		4. Impedir o uso de violações sexuais como arma de guerra	4.1 Lobby para julgar os crimes no TPI 4.2. Campanha pública nos <i>media</i>	a) indivíduos a serem julgados no TPI b) respostas à campanha nos <i>media</i> c) impacto nos <i>media</i> d) rede de Aus, Aus junior e outras	i) julgamento de criminosos de guerra do Sudão no TPI ii) aumento em 10% das pessoas da rede de AUs iii) divulgação no site dos casos recolhidos como exemplo e das estatísticas, ligados a acções das campanhas	Director Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação  2 estagiários, 6 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Mar 2008 Jan-Mar 2008
		5. Acabar com o uso de crianças-soldado	5.1 Comunicados de imprensa em datas chave 5.2. recolha estatística do nº de crianças-soldado e os países que as recrutam e divulgação no site e nos <i>media</i> 5.3. Lobby para ratificação do Protocolo Opcional à Convenção dos Dtos Criança 5.4. Sessões de EDH sobre crianças-soldado 5.5. Recrutamento activistas para a rede de Aus junior	a) impacto nos <i>media</i> b) buscas no site c) status de ratificações do PO à Convenção d) nº aderentes à rede de Aus junior	A AI Portugal contribui para as metas globais de: i) diminuição do número de países que usa crianças-soldado em 5% ii) aumento de 20% do nº ratificações ao PO da Convenção Em Portugal iii) ratificação pelo governo português do PO iv) aumento em 10% do nº de activistas da rede Aus junior	Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação  4 estagiários 2 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Abr 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
Meta 5. Promover e proteger os direitos de pessoas deslocadas	<b>Externos</b> → Crescente racismo e discriminação contra minorias étnicas e migrantes → Xenofobia instigada pelas políticas anti-terroristas → Tráfico de seres humanos → Ataque aos direitos e mecanismos de protecção das populações migrantes → Não cumprimento do princípio de non-refoulement → Uso do trabalho migrante sem preocupação de garantir direitos → Parcerias com associações de imigrantes → Reforma do SEF  <b>Internos</b> → Mudança legislação migrantes com pedido input à AI → Bom poder de lobby junto das autoridades portuguesas → Experiência e sucesso em EDH → Plano Acção para Combater Tráfico - pedido de input à AI → Amnesty Business Club e a responsabilidade social das empresas → Casos bem sucedidos de trabalho com refugiados e imigrantes	1. Combater a discriminação contra minorias étnicas e migrantes 2. Combater a xenofobia ligada ao terrorismo	1.1 Sessões de EDH 1.2. Campanhas de informação pública na imprensa 1.3. Uso de dossiers temáticos no site com casos individuais 2.1 Acções no âmbito da Campanha Contra-Terrorismo, com enfoque nos padrões internacionais de julgamento justo 2.2. Lobby às autoridades portuguesas para pressionar congéneres internacionais 2.3. Lobby aos parlamentares europeus 2.4 Monitorização de mudanças legislação portuguesa 2.5. Estudo sobre Xenofobia e Racismo em Portugal	a) grupos de DH criados nas escolas e estabelecimentos de ensino b) entrada de novos activistas c) debates públicos d) respostas às campanhas de imprensa e) mudanças legislativas f) medidas práticas de contenção da população migrante, nos postos de fronteira g) mudanças normativas que retirem direitos consagrados à população h) adopção de políticas europeias pelo mínimo denominador comum i) criação de uma política anti-terrorista j) apoio a políticas anti-terroristas que violem os DH l) não cumprimento dos tratados internacionais	i) aumento do número de membros/activistas ii) aumento do número de grupos de estudantes iii) aumento do número de grupos locais iv) diminuição dos casos de discriminação v) impedir a aprovação de uma política anti-terrorista que viole os DH vi) garantir a não discriminação teórica e prática da população migrante nos postos fronteiriços vii) adopção das políticas europeias pelo máximo denominador comum viii) condenação por parte das autoridades portuguesas nas instâncias europeias e internacionais de leis que violem os DH consagrados em nome do anti-terrorismo ix) cumprimento de todos os tratados internacionais de que o Estado português é signatário	Director Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação  3 estagiários 2 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Out 2008
		3. Combater os ataques ao DI estabelecido e ao direito ao <i>non-refoulement</i>	3.1. Lobby ao MAI sobre países onde há violações sistemáticas do DH 3.2. Trabalho com casos individuais 3.3. Recolha de informação sobre países de origem e envio para o SEF 3.4. Articulação do trabalho de casos da AI com CPR, OIM e ACIDI 3.5. Lobby ao parlamento e parlamentares europeus para harmonização asilo pelo máximo denominador comum 3.6. Acções coordenadores refugiados	a) casos de asilo rejeitados e do país para onde as pessoas são reenviadas b) casos de sucesso individuais c) países de origem dos refugiados d) programas de retorno voluntário e) mudanças legislativas na área asilo f) feedback governamental	i) <i>non-refoulement</i> para países onde há violação sistemática de DH ii) Aumento do número de concessões do estatuto de refugiado e humanitário em 5% iii) alteração da lei portuguesa de asilo para incluir efeito suspensivo em fase de admissibilidade	Director  2 estagiários 5 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		4. Combater o tráfico de seres humanos	4.1 Estudo sobre a população traficada - n.ºs, países de origem, razão de tráfico por parte do governo - input da AI 4.2. Compilação de estatísticas sobre as vítimas de tráfico 4.3. Follow up do Plano de Acção do governo português para combater o tráfico 4.4. Lobby ao Mai e MJ para que criem mecanismos de cooperação judicial e policial que permitam proteger os familiares e amigos das vítimas nos países de origem	a) resposta ao estudo b) efectivação do Plano de Acção c) nº dos abrigos criados d) análise da criação dos centros assistência e) análise dos acordos de cooperação policial e judicial f) casos individuais vítimas traficadas g) impacto nos <i>media</i>	i) conhecimento dos n.ºs de população traficada ii) campanhas públicas sobre tráfico iii) criação de mais acordos de cooperação policial e judicial	Director Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação  3 estagiários 5 voluntários	Jan-Mar 2008 Mar-Jun 2008 Jan-Mar 2008 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		5. Combater a exploração dos trabalhadores migrantes 6. Promover a ratificação do Convenção Internacional de Protecção Trabalhadores Migrantes e das suas Famílias	5.1. Briefing às empresas sobre os direitos dos trabalhadores migrantes 5.2. Trabalho com casos individuais 6.1. Lobby ao governo para ratificação da Convenção Protecção de Trabalhadores migrantes e das suas famílias 6.2. Lobby para incorporar os mecanismos de protecção da convenção na legislação nacional	a) relatórios anuais das empresas b) condições laborais trabalhadores migrantes	i) diminuição dos casos de discriminação contra imigrantes em 20% iii) ratificação da Convenção dos Trabalhadores Migrantes	Director Director de Angariação de Fundos  3 estagiários 2 voluntários	Abr-Jul 2008/2009 Jan-Dez 2008-2009 Jan-Jun 2008 Jan-Mar 2008 Jan-Dez 2008-2009 Jan-Dez 2008-2009

Meta Plano Estratégico Integrado (PEI)	Propulsores	Objectivos globais	Actividades	Medidores Impacto/ avaliação	Resultados	Recursos humanos com staff responsável pela execução	Calendarização em 2008 e 2009 (actividades)
Meta 6. Defender os direitos das mulheres e das jovens	<p><b>Externos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→Parcerias com ONGs defesa dos DH das mulheres</li> <li>→Discriminação das mulheres nos locais emprego</li> <li>→Responsabilização dos actores não estatais</li> <li>→Responsabilização do Estado</li> <li>→Violência contra as mulheres</li> <li>→Tráfico de mulheres</li> </ul> <p><b>Internos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→Grupo especializado em DH das mulheres</li> <li>→Amnesty Business Club e trabalho em Responsabilidade Social das Empresas</li> <li>→Bom poder de lobby junto das autoridades portuguesas</li> <li>→Grande interesse por parte dos membros</li> </ul>	1. Acabar com a violência sobre as mulheres	<p>1.1. Tratamento de casos individuais</p> <p>1.2. Encaminhamento organizações parceiras para assistência</p> <p>1.3. Campanha pública nos <i>media</i></p> <p>1.4. Estudo sobre a MGF em Portugal</p> <p>1.5. Lobby ao parlamento para criminalizar a MGF</p> <p>1.6. Julgamentos dos crimes no TPI</p>	<p>a) sucesso dos casos individuais</p> <p>b) evolução estatísticas queixas e condenações nos últimos 5 anos</p> <p>c) respostas à campanha de imprensa</p> <p>d) nº aderentes à rede de Aus</p> <p>e) audiencias do programa de TV</p>	<p>i) acabar com os casos de ataque com ácidos</p> <p>ii) diminuir em 10% os casos de violência doméstica</p> <p>iii) diminuir em 50% os casos na faixa etária dos 25-35 anos</p> <p>iv) julgamento de criminosos de guerra do Sudão no TPI (com contributo da AI Portugal)</p> <p>v) aumento em 10% das pessoas da rede de AUs</p> <p>vi) divulgação no site dos casos recolhidos como exemplo e das estatísticas, ligados a acções das campanhas</p> <p>vii) criminalização em lei da MGF</p>	<p>Directora Campanhas</p> <p>Directora de Imagem e Comunicação</p> <p>4 estagiários</p> <p>6 voluntários</p>	<p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Jan-Out 2008</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p>
		2. Acabar com a discriminação das mulheres no emprego e promover o empowerment	<p>2.1. Formação em EDH nas empresas</p> <p>2.2. Trabalho com ONGs de DH para empowerment das mulheres</p>	<p>a) políticas de igualdade no trabalho e na empresa</p> <p>b) políticas de acesso igual aos lugares de chefia</p> <p>c) políticas não discriminatórias no emprego para mulheres grávidas e com crianças pequenas</p> <p>d) monitorização do cumprimento das leis estabelecidas em relação às licenças de maternidade e paternidade assim como apoio à família</p>	<p>i) todas as empresas do ABC devem ter políticas de igualdade no trabalho e empresa</p> <p>ii) as mulheres devem estar proporcionalmente nos lugares de chefia em relação à % que representam nas empresas</p> <p>iii) procedimentos criminais para incumpridores das leis estabelecidas de licenças e apoio à família</p>	<p>Director de Angariação de Fundos</p> <p>2 estagiários</p> <p>2 voluntários</p>	<p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p>
		3. Diminuir as vítimas de tráfico e dar-lhes assistência e protecção	<p>3.1. Estudo sobre a população traficada - n.ºs, países de origem, razão de tráfico do governo- input AI</p> <p>3.2. Compilação de estatísticas sobre as vítimas de tráfico</p> <p>3.3. Parecer sobre o Plano de Acção do governo português para combater o tráfico</p> <p>3.4. Lobby para haver abrigos para vítimas de tráfico (ao MAI)</p> <p>3.5. Lobby para criação de centros de assistência médica e social às vítimas (ao MAI)</p> <p>3.6. Lobby ao Mai e MJ para que criem mecanismos de cooperação judicial e policial que permitam proteger os familiares e amigos das vítimas nos países de origem</p> <p>3.7. Campanha de informação pública nos <i>media</i> para denúncia dos locais onde estão detidas as vítimas (parte anúncios Campanha para Acabar com Violência sobre Mulheres)</p>	<p>a) resposta ao estudo</p> <p>b) efectivação do Plano de Acção</p> <p>c) nº abrigos criados</p> <p>d) análise da criação dos centros assistência</p> <p>e) análise dos acordos de cooperação policial e judicial</p> <p>f) mudanças legislativas</p> <p>g) casos individuais vítimas traficadas</p> <p>h) impacto nos <i>media</i></p>	<p>i) criação de abrigos para vítimas de tráfico</p> <p>ii) criação de centros de assistência</p> <p>iii) criação de mais acordos de cooperação policial e judicial (só há com Espanha)</p> <p>iv) colocação das vítimas em protecção testemunhas</p>	<p>Director</p> <p>Directora Campanhas</p> <p>Directora de Imagem e Comunicação</p> <p>2 estagiários</p> <p>6 voluntários</p>	<p>Jan-Set 2008</p> <p>Mar-Jun 2008</p> <p>Jan-Fev 2008</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Mai-Jul 2008/2009</p>
Meta 7. Promover o avanço dos direitos económicos, sociais e culturais	<p><b>Externos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→Contradição entre direitos consagrados na Constituição e a prática</li> <li>→Plano de Combate à Pobreza</li> <li>→Crise económica e menos acesso aos DESC</li> <li>→Discriminação da população imigrante</li> <li>→Parcerias no âmbito da "Pobreza Zero"</li> <li>→Discriminação e empobrecimento das minorias</li> <li>→Protocolo Opcional ao PIDESC</li> <li>→Indivisibilidade dos DH</li> <li>→Exclusão social</li> </ul> <p><b>Internos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→Grupo especializado em DESC</li> <li>→Trabalho bem sucedido com imigrantes</li> <li>→Uso das redes profissionais</li> <li>→Experiência e sucesso em EDH</li> <li>→Liderança do governo português no PO ao PIDESC - pedido de input à AI</li> <li>→Amnesty Business Club</li> </ul>	1. Diminuir a exclusão social	<p>1.1. Lobby ao MTSS e MJ para desenvolver projectos adequados de reabilitação social</p> <p>1.2. Lobby ao MJ para criar centros temporários para crianças que tenham estado detidas em centros educativos</p> <p>1.3. Sessões de EDH em centros educativos do Instituto de Reinserção Social</p> <p>1.4. Lobby ao governo para assistência aos sem-abrigo em plataforma com outras ONGs</p> <p>2.1. Colaborar nas acções da Campanha "Pobreza Zero"</p> <p>2.2. Acção comemorativa do Dia Mundial para a Erradicação da Pobreza</p> <p>3.1. Preparar <i>booklets</i> informativos sobre direitos</p>	<p>a) grupos de DH criados nas escolas e estabelecimentos de ensino</p> <p>b) entrada de novos activistas</p> <p>c) debates públicos</p> <p>d) planos de reabilitação social</p> <p>e) eficácia acções Campanha "Pobreza Zero" e do dia mundial</p> <p>f) grelha avaliação da entrega dos <i>booklets</i></p>	<p>i) Plano de acção de combate à exclusão social coerente que inclua minorias étnicas e migrantes com input da AI</p> <p>ii) criação de 2 casas de abrigo temporárias</p> <p>iii) relatório final da campanha Pobreza Zero</p> <p>iv) Distribuição do <i>booklet</i> pelas associações de imigrantes e comissões de moradores</p>	<p>Director</p> <p>Directora Campanhas</p> <p>3 estagiários</p> <p>3 voluntários</p>	<p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Jul-Out 2008-2009</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p>
		4. Acabar com a discriminação das minorias étnicas e migrantes	<p>4.1. trabalhar com comunidades minoritárias através de associações</p> <p>4.2. Formação em formação de EDH</p> <p>4.3. Responsabilização do Estado no não cumprimento das leis de protecção às minorias</p>	<p>a) fortalecimento da visibilidade e do trabalho das associações</p> <p>b) surgimento de novas associações</p> <p>c) maior representatividade das minorias</p> <p>d) maior conhecimento dos direitos adquiridos</p>	<p>i) maior representatividade das minorias nos diversos sectores da sociedade</p> <p>ii) sociedade civil atenta e representativa</p> <p>iii) direitos das minorias consagrados na prática</p>	<p>Directora Campanhas</p> <p>3 estagiários</p> <p>5 voluntários</p>	<p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p> <p>Jan-Dez 2008-2009</p>

Meta Plano Estratégico Integrado (PEI)	Propulsores	Objectivos globais	Actividades	Medidores Impacto/ avaliação	Resultados	Recursos humanos com staff responsável pela execução	Calendarização em 2008 e 2009 (actividades)
		5. Redacção de PO ao PIDESC	5.1. Lobby ao governo português e aos representantes na Comissão/ Conselho de DH da ONU para que continuem a liderar a resolução de PO ao PIDESC 5.2. Input da AI ao PO do PIDESC 5.3. Lobby com a AI em Genebra durante a Conselho	a) trabalhos do grupo de trabalho do PO do PIDESC b) países interessados em apoiar o PO	i) Protocolo Opcional ao PIDESC ii) assinatura e ratificação de 10 países	Director  2 estagiários 1 voluntário	Jan-Mar 2008/2009 Jan-Abr 2008/2009 Jan-Abr 2008/2009
		6. Garantir normas de RSE nas empresas e adopção normas da ONU para os Negócios	6.1 Distribuir as normas a todas as empresas do Amnesty Business Club 6.2 Promover a discussão sobre elas na reunião anual do Amnesty Business Club 6.3. Pedir a inclusão das Normas da ONU nas normas da empresa 6.4. Acções da BERN	a) Interesse em conhecer as normas b) Interesse em aplicar as normas c) Número de empresas que incorporaram as normas d) Reflexos práticos da incorporação das normas e) feedback acções da BERN	i) Incorporação das Normas da ONU nas normas da empresa ii) Formação Interna para implementação das normas	Director de Angariação de Fundos  2 estagiários 1 voluntário	Jan-Fev 2008 Jan-Out 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		7. Reconhecimento dos activistas de DESC como defensores de DH	7.1 Acções regulares dos grupos locais para libertação dos POC 7.2. Uso de casos tipo de POC para ilustrar actividades de campanha 7.3 Acções regulares dos grupos locais para defender os activistas de DH 7.4. Uso de casos tipo de activistas para actividades de campanha 7.5. Distribuição da publicação EDH SINIKO para os PALOPs (por indicação SI) 7.6. Acções no site para crescimento da AI em África (por indicação SI)	a) evolução dos dossiers de acção dos grupos em relação aos POCs b) evolução da concessão de direitos aos activistas de DH c) membros internacionais da AI de África	A AI Portugal contribui para as metas globais de: i) libertação de POCs ii) fim dos abusos aos activistas de DH em 10% dos casos iii) crescimento em 2% dos membros da AI em PALOPs iv) crescimento em 5% dos membros da AI em países africanos	Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação  3 estagiários 1 voluntário	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		8. Formação de um grupo de peritos da AI em DESC	8.1. Recolha de nomes de peritos em DESC 8.2. Formação aos peritos em DH e AI	a) nº de peritos que compõem o grupo b) diversidade dos conhecimentos que trazem	i) Grupo de peritos em DESC e AI	Directora Campanhas 1 estagiário e 6 voluntários	Jan-Jul 2008 Jul-Dez 2008
Meta 8. Garantir investigação de qualidade	<b>Externos</b> →Aumento dos centros especializados em investigação →Parcerias com ONGs de investigação →Parcerias com universidades →Perícia de outras secções e SI →Informação sobre países de origem para usar em casos individuais  <b>Internos</b> →Qualidade na Investigação →Projectos de Trabalho no Próprio País	1. Projectos de TPP sobre violência sobre as mulheres e exportação de armamento	1.1. Receber formação do SI como conceber projectos de TPP 1.2. Projecto sobre Violência contra as Mulheres 1.3. Concepção do Projecto sobre Exportações de armamento 1.4. Estabelecimento parcerias com centros de investigação/ universidades	a) comparação dos relatórios produzidos com as directivas internacionais b) imparcialidade do relatório c) possível impacto do relatório	i) relatórios sobre TPP ii) Divulgação dos relatórios a instituições governamentais e parceiros iii) Uso dos relatórios nas Campanhas globais	Director Directora Campanhas  6 estagiários 10 voluntários	Set-Out 2008 Jan-Dez 2009 Mar-Dez 2008
		2. Centro de documentação com relatórios dos países de origem dos requerentes de asilo	2.1. Recolha estatística dos requerentes de asilo por nacionalidade 2.2. Compilação de documentos de suporte aos pedidos de asilo	a) comparação do número de casos em que há suporte documental do SI com os que não há b) países para os quais não foi encontrado suporte documental	i) Relatórios compilados sobre países de origem de todos os requerentes de asilo	Directora Campanhas  2 estagiários 1 voluntário	Mar-Abr 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
Meta 9. Tomar acção efectiva	<b>Externos</b> →Uso das campanhas globais para melhorar eficiência →Redes de Aus, redes regionais e profissionais →Efeito demonstrativo da EDH →Resposta às situações de crise →Parcerias com ONGs  <b>Internos</b> →Formação ao pessoal e voluntários →Criar mecanismos de resposta rápida →Desenvolver indicadores de medição de impacto →Experiência e sucesso em EDH →Usar o site e a internet para resposta a crises →Contactos personalizados com os <i>Media</i> →Promoção do activismo	1. Resultados efectivos das campanhas globais 2. Desenvolver alianças estratégicas	1.1. Acções enviadas à redes de Aus e outras sobre casos apelos das Campanhas 1.2. Acções enviadas uma vez por mês aos membros com e-mail (via newsletters electrónicas) 1.3. Três campanhas publicitárias por ano sobre cada campanha global (TV, Rádios, imprensa escrita nacional e regional) 1.4. Comunicados de imprensa na altura do lançamento da campanha de imprensa 1.5. Contactos personalizados a elementos chave da imprensa 1.6. Acções no site 2.1. Parcerias com ONGs com importância estratégica para cada campanha 2.2. Uso das mailing lists e contactos dessas ONGs 2.3. Links entre sites	a) nº de novos activistas b) nº aderentes às Aus e outras redes c) nº de pessoas que recebem as newsletters d) impacto nos <i>media</i> e) respostas à Campanha publicitária f) nº de pessoas que fizeram as acções do site g) entrada de activistas/ apoiantes via contactos das outras ONGs h) diferença entre o impacto nos <i>media</i> de acções só da AI ou da AI em parceria com outras ONGs i) nº de hits no site por link de outras ONGs	i) objectivos principais das campanhas globais ii) conferir maior eficácia ao trabalho da AI iii) público alvo mais amplo e diversificado iv) mobilizar os activistas	Directora Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação  5 estagiários 5 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		3. EDH com impacto não só de longo prazo mas também de curto e médio prazo	3.1. Sessões de EDH com actividades práticas de campanhas, casos apelo da Campanha Acabar com a Violência sobre as Mulheres) 3.2. Fazer a maratona de cartas em escolas	a) nº de sessões em escolas e correlação com nº de actividades produzidas b) grupos de DH criados nas escolas e estabelecimentos de ensino c) entrada de novos activistas d) entrada de novos activistas na rede Aus junior	i) conseguir 30 rostos para a petição do Control Arms em cada escola ii) conseguir 30 cartas apelo para a Campanha para Acabar com a violência sobre as mulheres em cada escola iii) adesão de 10 escolas por ano à maratona das cartas iv) conseguir 2000 cartas na maratona	Directora Campanhas  3 estagiários 25 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Out-Dez 2008/2009

Meta Plano Estratégico Integrado (PEI)	Propulsores	Objectivos globais	Actividades	Medidores Impacto/ avaliação	Resultados	Recursos humanos com staff responsável pela execução	Calendarização em 2008 e 2009 (actividades)
		4. Resposta rápida e eficiente e criativa às crises	4.1. Uso do site para acções 4.2. Dossier temático no site sobre a crise 4.3. Acções enviadas via e-mail a membros 4.4. Comunicado à imprensa detalhado com relatórios quando possível 4.5. lobby às autoridades relevantes 4.6. Mobilização dos grupos locais para divulgação	a) nº de acções feitas via site b) feedback dos membros às acções via email c) impacto nos <i>media</i> d) feedback das autoridades e) nº grupos mobilizados e acções	i) colocação de acções no site em 24 horas ii) dossier temático no site em 48 horas iii) acções para membros em 24 horas iv) comunicado de imprensa em 4 horas v) mobilização dos grupos numa semana	Director Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação  3 estagiários 2 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
Meta 10. Comunicar eficientemente	<b>Externos</b> → Os <i>media</i> não dão relevância aos DH → Crescimento da acessibilidade à internet → IMT para cruzamento de necessidades e perícias → Diversidade do público alvo → Imagem de marca, prestígio e visibilidade da AI  <b>Internos</b> → Cobertura do trabalho AI irregular → Usar o site e a internet com regularidade → Contactos personalizados com os <i>Media</i> → Diferentes estratégias para os <i>media</i> → Comunicações adaptadas a vários públicos alvo → Espaço no site para jovens → Espaço no site para ambíopes → Estudo de visibilidade, imagem de marca e impacto da AI Portugal → Comunicar mais eficientemente com o SI e outras secções → Novas newsletters de acções urgentes, campanhas e responsabilização	1. Crónicas/ reportagens de DH regulares nos <i>media</i>	1.1. Reunião com os editores e directores programação dos jornais, TVs e rádios principais para pedir mais destaque para DH 1.2. Abordagem proactiva <i>media</i> em dias específicos através dos contactos personalizados	a) número de crónicas/ reportagens relacionadas com DH b) impacto das actividades AI nos <i>media</i> c) regularidade das notícias sobre a AI	i) crónica/ reportagem semanal sobre DH em todos os <i>media</i> ii) aumento do número de notícias sobre AI em 15%	Director Directora de Imagem e Comunicação  2 estagiários	Jan-Mar 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		2. Usar linguagem adequada aos diferentes públicos-alvo	2.1. Aperfeiçoamento do livro de estilo para linguagem da AI 2.2. Tratamento da informação para o site com linguagem mais concisa e adequada ao público jovem 2.3. Criação de dossiers para a imprensa	a) crescimento impacto nos <i>media</i> b) tráfego para o site c) nº de pessoas que acedem ao site e fazem as acções	i) uso de linguagem adequada para os vários meios e público	Directora de Imagem e Comunicação  4 estagiários 2 voluntários	Jan-08 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		3. Cruzar informação entre o SI, outras secções e AI Portugal sobre necessidades e perícias, com identificação clara de nomes e funções	3.1. Criação do SI num mecanismo de partilha conhecimento (contributo Portugal) 3.2. Estabelecer relações personalizadas com o SI e outras secções 3.3. Dar formação em assuntos de perícia da AI Portugal, como a EDH 3.4. Receber formação em questões como os DESC ou as instituições europeias	a) número de pessoal e voluntários com formação especializada b) eficácia das áreas sem pessoal alocado c) percepção das áreas de competência da AI como um todo d) eficácia do mecanismo de partilha de informação	i) ter pessoal e voluntários com formação adequada ii) ter grupos de peritos nas várias áreas iii) uma percepção mais completa das forças do movimento iv) conferir maior eficiência à AI	Director Directores Séniores  3 estagiários 6 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Jul 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		4. Apresentar a AI como um movimento global e único	4.1. Criação do SI num mecanismo de partilha conhecimento (contributo Portugal) 4.2. Estabelecer relações personalizadas com o SI e outras secções 4.3. Participar nas campanhas globais 4.4. Uso de propulsores nacionais, regionais e internacionais nos planos das secções 4.5. Transmitir uma imagem de organização de defesa de DH com diversidade mas com uma missão e visão de base comum	a) eficácia mecanismo partilha informação b) número de pessoal e voluntários com formação especializada c) número de secções/ estruturas que participam nas campanhas globais d) comparação dos planos estratégicos e operacionais nacionais com o do SI e da região (Europa) e) missão e visão das secções	i) ter pessoal e voluntários com formação adequada ii) ter grupos de peritos nas várias áreas iii) uma percepção mais completa das forças do movimento iv) conferir maior eficiência à AI v) maior prestígio nacional vi) identificação imediata do nome e trabalho da AI	Director Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação  3 estagiários 2 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Jul 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		5. Resposta rápida a pedidos de informação	5.1. Uso do e-mail nas respostas 5.2. Uso do site 5.3. Uso do fax em relações institucionais 5.4. Uso de cartas em situações específicas 5.5. Uso de respostas tipo e kits informação	a) tempo decorrido entre inquérito e resposta b) causalidade entre rapidez e entrada na AI como membro	i) respostas a inquéritos num prazo máximo de 3 dias ii) poupança financeira na resposta iii) aumento do nº de membros e activistas	Directora de Imagem e Comunicação Directora Campanhas  2 estagiários, 2 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
Meta 11. Mobilizar pessoas	<b>Externos</b> → Boas relações com PALOPs, Brasil e Timor → Aumentar os activistas no Sul e Leste → Crescer o número de activistas/ doadores → Público-alvo diversificado  <b>Internos</b> → Crise de activismo → Falta de formação para activistas e pessoal → Trabalho com os PALOPs, Brasil e Timor → Uso da técnica de F2F → Uso do site e internet → Diversificar os métodos de activismo → Reactivar os grupos locais	1. Ter uma base alargada e diversificada de activistas	1.1. Uso site para activismo rápido (petições webactions, etc) 1.2. Actividades direccionadas para a faixa etária dos 25 aos 40 anos - pouco investimento de tempo 1.3. Recrutar membros de profissões várias (via F2F e EDH em empresas) 1.4. Ter actividades para todas as faixas etárias e condições sociais 1.5. Actividades de EDH 1.6. Campanhas publicitárias nos <i>media</i> 1.7. Artigos e anúncios na imprensa local	a) perfil dos activistas b) perfil membros grupos locais c) áreas de profissão e perícia membros d) área de interesse dos membros e) nº de acções feitas via site f) feedback dos membros às acções via email g) feedback dos grupos locais h) nº de activistas i) nº de grupos de estudantes j) nº de debates públicos l) impacto nos <i>media</i>	i) aumentar o número de activistas na faixa dos 25 aos 40 anos em 20% ii) ter membros de todas as faixas etárias, acima dos 16 anos iii) ter membros dos vários grupos profissionais iv) aumentar os membros no interior e nas regiões rurais em 10%	Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação Director de Angariação de fundos  5 estagiários 2 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		2. Conseguir membros internacionais no Sul e Leste global	2.1. Ter no site dossiers temáticos sobre as violações de DH em África e na Ásia 2.2. Notícias no site sobre os PLOPs 2.3. Promover a adesão online 2.4. Disseminar as publicações em português dirigidas a África e Brasil (livros e boletim)	a) nº de pessoas que consultam os dossiers e notícias b) nº de membros internacionais c) pedidos de informação/ documentação	Contributo da AI Portugal para as metas globais de: i) aumentar em 2% o número de membros internacionais ii) promover a mobilização dos membros do sul e leste global iii) formar em EDH via publicações	Directora de Imagem e Comunicação Director de Angariação de fundos  2 estagiários, 2 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009

Meta Plano Estratégico Integrado (PEI)	Propulsores	Objectivos globais	Actividades	Medidores Impacto/ avaliação	Resultados	Recursos humanos com staff responsável pela execução	Calendarização em 2008 e 2009 (actividades)
		3. Usar métodos diversificados de adesão e mobilização e adequados ao público-alvo e atingir um elevado número de pessoas via F2F e outras técnicas de recrutamento	3.1. Programa nacional de F2F 3.2. Acções via site 3.3. Acções via e-mail 3.4. Uso de petições 3.5. Uso de petições visuais (Control Arms) 3.6. Testar o activismo SMS 3.7. Acções de rua 3.8. Eventos multidisciplinares- teatro, cinema gastronomia, etc 3.9 Preparar o programa grandes doadores 3.10 Preparar o programa de heranças 3.11. Uso cupões em anúncios publicitários 3.12. Cupões e anúncios em newsletters das empresas do Amnesty Business Club 3.13. Donativos online 3.14. Adesão online 3.15. Programa upgrades 3.16. Programa recuperação de contactos 3.17. Bancas em eventos públicos 3.18 Entrega do prémio de DH da AI no Festival de CinemaIndie Lisboa	a) nº de pessoas que aderem via F2F b) crescimento financeiro c) nº de acções efectuadas no site d) nº aderentes petições e) aderentes ao SMS f) nº participantes nos eventos comparativamente aos convidados g) respostas aos anúncios h) nº e valores dos donativos online i) nº de membros e método de entrada j) valor dos donativos online l) valor dos upgrades m) valor angariado nas bancas n) nº de membros recuperados	i) 2665 novos apoiantes via F2F em 2008 e 7900 em 2007 ii) 3000 euros anuais de donativos online iii) 13.000 euros anuais através dos malings iv) 9000 euros anuais em respostas a anúncios publicitários	Directora de Imagem e Comunicação Director de Angariação de fundos  5 estagiários 2 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Maio-Set 2008 Jan-Dez 2008/2009 Abr-Dez 2008 Abr-Dez 2008 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Mar-Jul 2008/2009 Mar-Jul 2008/ 2009 Jan-Dez 2008/2009 Abr 2008/2009
		5. Sociedade civil mais activa e participativa	1.1 Sessões de EDH 1.2. Campanhas de informação pública na imprensa 1.3. Uso de dossiers temáticos no site com casos individuais 1.4. Envio mensal de 3 newsletters (acções urgentes, campanhas e responsabilização) com acções específicas	a) grupos de DH criados nas escolas e estabelecimentos de ensino b) entrada de novos activistas c) debates públicos d) respostas às campanhas de imprensa e) nº aderentes às newsletters	i) cultura de não discriminação nas escolas e sociedade ii) aumento do número de membros/activistas iii) aumento do número de grupos de estudantes iv) aumento do número de grupos locais v) diminuição dos casos de discriminação v) newsletters como catalizador de acções	Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação  4 estagiários 25 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
Meta 12. Construir uma arquitectura dinâmica	<b>Externos</b> →AI como movimento transparente e responsável →Ter uma arquitectura adequada à estratégia de DH →Medir o impacto da AI →AI como movimento interdependente  <b>Internos</b> →Crescer com coerência →Tirar partido das perícias existentes →Desenvolver as áreas de trabalho menos eficientes →Ter uma estrutura flexível →Sistematização da medição de impacto →Promoção da responsabilização interna e externa →Política de pessoal com avaliação desempenho →Formação do pessoal e voluntários →Planos de acção interdependentes	1. Arquitectura dinâmica e flexível de resposta rápida	1.1. Uso do e-mail nas respostas 1.2. Uso do site 1.3. Uso do fax em relações institucionais 1.4. Uso de respostas tipo e kits informação 1.5. Formação ao pessoal 1.6. Reuniões de staff regulares com troca de informação 1.7 Planos estratégicos e operacionais	a) tempo decorrido entre inquérito e resposta b) causalidade entre rapidez e entrada na AI como membro c) polivalência do pessoal d) planos e) medição de impacto	i) respostas a inquéritos num prazo máximo de 3 dias ii) poupança financeira na resposta iii) aumento do nº de membros e activistas iv) pessoal polivalente com perícia base em todas as áreas v) Planos estratégicos de 5 anos vi) Planos Operacionais de 2 anos vii) Sistema de avaliação de impacto global viii) Sistema de avaliação final de todas as actividades	Director Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação Director de Angariação de Fundos  5 estagiários 2 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
		2. Promover a responsabilização interna e externa da AI	2.1. Comunicação semanal entre Director e Presidente da Direcção e constante em situação de emergência 2.2. Reuniões quinzenais de staff 2.3. Reuniões mensais de estagiários e voluntários 2.4. Política de pessoal 2.5. Auditoria externa anual às contas 2.6. Divulgação pública do relatório de actividades e contas anual 2.7. Uso das newsletters e do boletim 2.8. Questionar os membros via-mail, boletim newsletters e nas AGs sobre grandes mudanças do movimento 2.9. Respostas pedidos de informação do SI e vice-versa 2.10. Reavaliação da descrição funcional do pessoal	a) mecanismos de comunicação interna b) avaliação de desempenho c) transparência das actividades e contas da AI d) eficácia das newsletters e boletim e) democraticidade do movimento f) feedback ao SI g) feedback do SI à secção	i) Publicação anual dos relatórios de actividades e contas da AI Portugal ii) Potencialização das áreas de maior impacto da AI iii) aumento da credibilidade pública iv) aumento da visibilidade pública v) divulgação das actividades da AI a um público mais amplo vi) distinção clara entre as funções da direcção e directora vii) descrição funcional da função da Directora e restante pessoal, com revisão anual viii) sistema de avaliação de gestão de risco	Director Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação Director de Angariação de Fundos	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Abr 2008/2009 Maio-Jul 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jun 2008/2009
		3. Medir o impacto da AI durante o processo e ajustar estratégias	3.1. Grelha de avaliação de impacto 3.2. Estratégias de crise e alternativas	a) eficácia da grelha de avaliação b) avaliação estratégias	i) grelha de avaliação de todas as áreas chave ii) ter estratégias alternativas iii) resposta a crise eficaz	Director  2 estagiários, 2 voluntários	Jan-Mar 2008 Jan-Dez 2008/2009
		4. Formação adequada do pessoal e voluntários	4.1. Formação chave nas áreas actividade sénior da AI 4.2. Promover a polivalência do pessoal 4.3. Formação de grupos de peritos e líderes	a) avaliação de desempenho b) formação	i) política de pessoal ii) kits e cursos de formação a vários níveis de base a especialistas e líderes	Director  4 estagiários, 2 voluntários	Abr e Set 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009

Meta Plano Estratégico Integrado (PEI)	Propulsores	Objectivos globais	Actividades	Medidores Impacto/ avaliação	Resultados	Recursos humanos com staff responsável pela execução	Calendarização em 2008 e 2009 (actividades)
		5. Promover a interdependência das áreas de trabalho da AI	5.1. Reuniões quinzenais de pessoal 5.2. Reuniões mensais de estagiários e voluntários 5.3. Planos de Acção interdependentes entre todas as áreas	a) avaliação de desempenho b) planos de acção	i) Plano Operacional da Secção com entrosamento das várias áreas	Directora Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação Director de Angariação de Fundos	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
Meta 13. Melhorar a nossa credibilidade pública	<b>Externos</b> →AI como movimento transparente e responsável →Aplicar melhores práticas →Promover a visibilidade e credibilidade do trabalho da AI  <b>Internos</b> →Promoção da responsabilização interna e externa →Publicar os resultados do trabalho em relatórios regulares →Plano de acção com os <i>media</i> →Lobby às autoridades →Campanhas de consciencialização pública	1. Aplicar melhores práticas a todas as áreas de trabalho  2. Conferir visibilidade ao trabalho da AI aliado à credibilidade com promoção da responsabilização	1.1. Recolha de manuais de boas práticas 1.2. Adaptação dos manuais à AI  2.1. Divulgação pública do relatório de actividades e contas anual 2.2. Reunião com os editores e directores programação dos jornais, TVs e rádios principais para pedir mais destaque para DH 2.3. Abordagem proactiva <i>media</i> em dias específicos através dos contactos personalizados	a) boas práticas  a) número de crónicas/ reportagens relacionadas com DH b) impacto das actividades AI nos media c) regularidade das notícias sobre a AI d) nº activistas	i) Manual de Boas Práticas  i) crónica/ reportagem semanal sobre DH em todos os <i>media</i> ii) aumento do número de notícias sobre AI em 15% iii) aumento do nº de activistas	Director 3 estagiários, 3 voluntários  Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação  3 estagiários 2 voluntários	Jul-Dez 2008 Jan-Jun 2009  Mai-Jul 2008/2009 Jan-Mar 2008 Jan-Dez 2008/2009
Meta 14. Crescer financeiramente	<b>Externos</b> →Uso de novos métodos bancários de AP, como o cartão de crédito, o multibanco e o débito directo →Obtenção de donativos online →Métodos diversificados de geração de rendimento  <b>Internos</b> →Falta sistémica de um plano de angariação de fundos coerente →Criação de um plano financeiro e de angariação de fundos →Aplicação da técnica de F2F →Explorar os upgrades, recuperação de contactos, SMS e outras fontes de geração de receitas	1. Estratégia coerente de angariação de fundos com métodos diversificados para gerar rendimentos  2. Métodos de gestão financeira eficazes	1.1. Plano de angariação de fundos, baseado no F2F 1.2. Monitorização regular do F2F 1.3. Relatórios mensais de desempenho 1.4. Testar o activismo SMS 1.5. Acções de rua 1.6. Eventos multidisciplinares- teatro, cinema gastronomia, etc 1.7. Preparar o programa grandes doadores 1.8. Preparar o programa de heranças 1.9. Uso cupões em anúncios publicitários 1.10. Cupões e anúncios em newsletters das empresas do Amnesty Business Club 1.11. Donativos online 1.12. Adesão online 1.13. Programa upgrades 1.14. Programa recuperação de contactos 1.15. Bancas em eventos públicos 1.16. Direct mailings em Junho e Dezembro com temas campanhas globais ou crises  2.1. Controlo do cash flow 2.2. Controlo do cumprimento orçamental 2.3. Relatórios financeiros mensais 2.4. Auditorias externas 2.5. Métodos de gerar rendimento 2.6. Diminuição das despesas fixas 2.7. Prestação de contas dos grupos 2.8. Prestação de contas ao SI	a) progresso do F2F b) cash-flows c) valor do rendimento gerado d) sucesso das acções de angariação de fundos e) nº de pessoas que aderem via F2F f) nº participantes nos eventos comparativamente aos convidados g) respostas aos anúncios h) nº e valores dos donativos online i) nº de membros e método de entrada j) valor dos donativos online l) valor dos upgrades m) valor angariado nas bancas n) nº de membros recuperados o) valor dos donativos por mailing	i) 2665 novos apoiantes via F2F em 2008 e 7900 em 2007 ii) 3000 euros anuais de donativos online iii) 13.000 euros anuais através dos mailings iv) 9000 euros anuais em respostas a anúncios publicitários v) 45.000 euros anuais de fundações e empresas para EDH financiando o Campo de Trabalho	Directora de Imagem e Comunicação Director de Angariação de fundos  5 estagiários 2 voluntários  Director Director de Angariação de fundos  2 estagiários 3 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Mai-Set 2008 Jan-Dez 2008/2009 Abr-Dez 2008 Abr-Dez 2008 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Mar-Jul 2008/2009 Mar-Jul 2008/ 2009 Jan-Dez 2008/2009 Mai-Nov 2008/2009  Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Abr 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan e Jun 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009
Meta 15. Fortalecer a gestão financeira	<b>Externos</b> →AI como movimento transparente e responsável →Líderes nacionais e internacionais com conhecimentos financeiros  <b>Internos</b> →Promoção da responsabilização interna e externa →Publicar os resultados do trabalho em relatórios regulares →Formação do pessoal e voluntários →Pessoal especializado em gestão financeira →Uso dos interesses e conhecimentos dos membros	1. Promover a responsabilização interna e externa da AI  2. Formação do pessoal e voluntários	1.1. Política de pessoal 1.2.. Auditoria externa anual às contas 1.3. Divulgação pública do relatório de actividades e contas anual 1.4. Uso das newsletters e do boletim 1.5. Questionar os membros via-mail, boletim newsletters e nas AGs sobre grandes mudanças do movimento 1.6. Repostas pedidos de informação do SI e vice-versa  2.1. Formação chave nas áreas actividade sénior da AI 2.2. Promover a polivalência do pessoal 2.3. Formação de grupos de peritos e líderes	a) mecanismos de comunicação interna b) avaliação de desempenho c) transparência das actividades e contas da AI d) eficácia das newsletters e boletim e) democraticidade do movimento f) feedback ao SI g) feedback do SI à secção  a) avaliação de desempenho b) formação	i) Publicação anual do relatórios de actividades e contas da AI Portugal ii) Potencialização das área de maior impacto da AI iii) aumento da credibilidade pública iv) aumento da visibilidade pública v) divulgação das actividades da AI a um público mais amplo	Director Directora Campanhas Directora de Imagem e Comunicação Director de Angariação de Fundos  5 estagiários 5 voluntários  Director  4 estagiários 5 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Abr 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009  Abr e Set 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009

Meta Plano Estratégico Integrado (PEI)	Propulsores	Objectivos globais	Actividades	Medidores Impacto/ avaliação	Resultados	Recursos humanos com staff responsável pela execução	Calendarização em 2008 e 2009 (actividades)
		3. Política de gestão financeira	3.1. Controlo do cash flow 3.2. Controlo do cumprimento orçamental 3.3. Relatórios financeiros mensais 3.4. Auditorias externas 3.5. Métodos de gerar rendimento 3.6. Diminuição das despesas fixas 3.7. Prestação de contas dos grupos 3.8. Prestação de contas ao SI 3.9. Pagar a dívida ao SI 3.10 Pagar os juros do empréstimo do FIF	a) cash flow b) orçamento c) cumprimento orçamental d) valor despesas e) valor receitas f) monitorização plano FIF	i) cash flow positivo ii) cumprimento orçamental com erro de 5% iii) transparência das contas da AI iv) standard financial report ao SI v) relatórios financeiros grupos locais vi) política de gestão financeira vii) Pagamento parcial da dívida ao SI viii) Pagamento de juros do FIF	Director Director de Angariação de fundos  2 estagiários 3 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Abr 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Dez 2008/2009 Out 2008/2009
		4. Sustentabilidade da secção	4.1. Plano de angariação de fundos baseado no F2F 4.2. Gerar novas fontes de rendimento 4.3. Gerar mais receitas que despesas	a) cash flow b) orçamento c) cumprimento orçamental d) valor despesas e) valor receitas f) monitorização plano FIF	i) cash flow positivo ii) cumprimento orçamental com erro de 5% iii) política de gestão financeira	Director Director de Angariação de fundos  2 estagiários 2 voluntários	Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009 Jan-Dez 2008/2009

Siglas utilizadas neste documento:

ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas  
ABC \_ Amnesty Business Club - Grupo de encontro da AI com as empresas  
AG- Assembleia Geral  
AU - Acção Urgente  
AUE - Associação da União Europeia  
BERN - Business and Economic Relations Network (Rede sobre actores económicos)  
CPR - Conselho Português para os Refugiados  
DESC - Direitos Económicos, Sociais e Culturais  
DDH - Defensores de Direitos Humanos  
DH - Direitos Humanos  
DI - Direito Internacional  
Dtos - Direitos  
EDH - Educação em Direitos Humanos  
F2F - Face-to-Face ( técnica de recrutamento na rua)  
FIF - do inglês, Fundo de Investimento em Angariação de Fundos  
IGAI- Inspector-Geral da Administração Interna  
ISOP - Plano Operacional do Secretariado Internacional  
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais ou Transgenders  
MAI - Ministério da Administração Interna  
Media - em vez de comunicação social, devido à extensão  
MGF - Mutilação Genital Feminina

MJ - Ministério da Justiça  
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros  
MSP - do inglês, transferência de equipamento para as forças de segurança  
OIM - Organização Internacional para as Migrações  
ONG - Organização Não governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PALOPs - Países africanos de língua oficial portuguesa  
PIDESC - Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais  
PLOPs- Países de Língua Oficial Portuguesa  
PM - Pena de Morte  
PO - Protocolo Opcional  
POCs - do inglês, prisioneiros de consciência  
RSE -Resposnabilidade Social das Empresas  
SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras  
SI - Secretariado Internacional  
SMS - mensagens escritas via telefone  
Standard Financial Report - relatório financeiro enviado ao Secretariado Internacional, anualmente  
TPI - Tribunal Penal Internacional  
TPP - Trabalho no Próprio País  
Upgrade - termo que significa pedir às pessoas que dêem donativos mensais superiores